

# PLANO DE GOVERNO

COLIGAÇÃO A TRANSFORMAÇÃO QUE O TOCANTINS PRECISA



**RONALDO** GOVERNADOR  
**DiMAS 22**

Candidato a Governador do Estado do Tocantins



## **APRESENTAÇÃO**

RONALDO DIMAS

BIOGRAFIA

VALORES ESTRATÉGICOS DO PLANO DE GOVERNO

## **DIRETRIZES E AÇÕES PROPOSTAS**

### **EIXO I – VIVER COM QUALIDADE E DIGNIDADE**

SAÚDE

SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL

PROTEÇÃO SOCIAL E DIREITOS HUMANOS

ESPORTE E LAZER

CULTURA

### **EIXO II – EDUCAÇÃO COM QUALIDADE SOCIAL**

EDUCAÇÃO

ENSINO SUPERIOR DE QUALIDADE

CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

### **EIXO III - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SUSTENTÁVEL**

LOGÍSTICA

DESENVOLVIMENTO RURAL

ECONOMIA SUSTENTÁVEL E COMUNITÁRIA

TURISMO

DESENVOLVIMENTO REGIONAL

HABITAÇÃO

POLÍTICA DE MEIO AMBIENTE E SANEAMENTO

### **EIXO IV – ESTADO PARCEIRO E EMPREENDEDOR**

EMPREENDEDORISMO E AMBIENTE DE NEGÓCIOS

POLÍTICA TRIBUTÁRIA E FISCAL

INDÚSTRIA, MINAS E ENERGIA

### **EIXO V – GESTÃO EFICIENTE E TRANSPARENTE**

PLANEJAMENTO

GOVERNANÇA

DESBUROCRATIZAÇÃO E GOVERNO DIGITAL

INTEGRIDADE E COMPLIANCE

Este Plano de Governo apresenta propostas para o Tocantinense viver uma **MUDANÇA SEGURA SEM AVENTURA**, traçando as linhas de desenvolvimento em todos os setores, visando, acima de tudo, o bem-estar do cidadão.

O ESTADO DO TOCANTINS agrega as qualidades para ser o modelo de desenvolvimento do País nos próximos anos. Possuímos características únicas que nos colocam numa posição privilegiada em relação aos demais entes da federação. Nossa gente plural, localização geográfica, riquezas naturais e nossa cultura oportunizam ao Estado dar um salto rumo a um sólido desenvolvimento econômico e social.

O desenvolvimento moderno que trabalharemos para o Tocantins trará grandes responsabilidades e não acontecerá de maneira espontânea, mas será induzido e conduzido com competência, que inclui essencialmente conhecimento, diálogo, visão municipalista, inovação, arrojo e visão de futuro. Mas não somente isso. Será sustentável, proporcionará qualidade de vida, qualificará o bem-estar das futuras gerações e será guiado para todos os lugares do Tocantins conforme as suas vocações regionais, o que significa um enlace e uma forte aliança com todos os municípios.

Isso nos leva a refletir sobre as bases propulsoras de todo o processo de desenvolvimento que será implementado pelo nosso Governo. Não é difícil encontrar a resposta. O Tocantinense é a maior riqueza e a chave para o desenvolvimento sustentável, inovador e efetivo do Estado do Tocantins. O encontro e a combinação desta multiplicidade de cidadãos fazem germinar uma riqueza de conhecimentos, saberes e vocações que somente a diversidade de culturas pode produzir. Esta grande riqueza humana somos nós, o TOCANTINS.

Conjugado com tudo isso, estamos na região central do Brasil associados a uma plataforma multimodal de transporte competitiva e integrada a ser concretizada, o que permitirá transformar o Tocantins num importante polo de geração e distribuição de riquezas para todo o Brasil e para o exterior. Somos a nova grande fronteira para o desenvolvimento nacional. Há um enorme potencial para transformarmos nossa infraestrutura e as cadeias produtivas existentes e as que serão geradas numa máquina poderosa de atração de investimentos permanentes para um sólido desenvolvimento

econômico e social, com a consequente geração de trabalho, renda, inclusão social, elevação do valor agregado da produção e desconcentração do desenvolvimento, levando a melhoria de vida para toda a população. Esse é um olhar que está diretamente conectado com a agenda 2030 que discute um modelo econômico e social orientado pelos objetivos do desenvolvimento sustentável (ODS). Para isso é necessário inovar e pensar em uma gestão que proponha arranjos institucionais bem articulados e que, por meio deles, seja possível construir caminhos viáveis para o desenvolvimento sustentável do Tocantins.

A implementação desta agenda requer experiência, domínio das competências necessárias, credibilidade junto aos empreendedores, órgãos nacionais e internacionais, determinação política e liderança será determinante para o seu sucesso, determinação política e o papel de liderança será determinante para o seu sucesso. É neste contexto que trago 34 anos de experiência e muito conhecimento acumulado.

O futuro do Tocantins é extraordinário. Cabe a nós a decisão de querermos viver num Estado moderno, sustentável, inovador, inclusivo e deixarmos de ser uma esperança para nos tornarmos uma realidade já.

Colocaremos o Tocantins na rota de ser um dos estados mais desenvolvidos e pujantes do Brasil. Vamos fazer deste próximo governo do TOCANTINS o ponto de **MUDANÇA SEGURA SEM AVENTURA**.

**RONALDO DIMAS**  
CANDIDATO A GOVERNADOR DO TOCANTINS



## BIOGRAFIA

Formado em Engenharia Civil pela Universidade de Uberaba, foi um dos fundadores e primeiro Presidente do Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado do Tocantins (SINDUSCON), de 1992 a 1997.

Esteve à frente como Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Tocantins (FIETO), do SESI, SENAI e IEL Tocantins por dois mandatos (1997-2003).

Foi Diretor e Conselheiro Fiscal da Confederação Nacional da Indústria (CNI), de 1998 a 2004.

Eleito Deputado Federal em 2002, exerceu o mandato na legislatura 2003 a 2007.

Foi Conselheiro da Companhia de Desenvolvimento Urbano e Habitacional do Estado de São Paulo, a maior companhia habitacional da América Latina, de 2008 a 2010.

Ocupou a cadeira de Secretário das Cidades e Desenvolvimento Urbano no Governo do Estado do Tocantins, de 2011 a 2012. Neste período, percorreu todo o Estado desenvolvendo projetos e captando recursos para os municípios tocaninenses.

À frente da Prefeitura de Araguaína por dois mandatos, de 2013 a 2020, transformou o Município em referência em atendimentos a pessoas com deficiências físicas, visuais, auditivas e intelectuais em todo o norte do país. Construiu, reformou e ampliou 14 Unidades Básicas de Saúde. Construiu e entregou 16 novas escolas. Executou o maior programa habitacional per capita do Norte do Brasil, chegando a mais de 6200 unidades. Executou o maior programa de asfalto urbano do Tocantins, pavimentando mais de 700 km com asfalto usinado. Implantou o aterro sanitário e de inertes. Construiu mais de 400 km de rede de esgoto, aumentando em mais de 800% o número de pessoas atendidas. Implantou parques urbanos e áreas de lazer. Teve o reconhecimento nacional com os prêmios de Excelência em Educação do Instituto Ayrton Senna (2015) e o de Excelência em Gestão Pedagógica e em Infraestrutura (2016). Durante a sua gestão, Araguaína bateu o recorde na geração de emprego na Região Norte do Brasil.

## VALORES ESTRATÉGICOS DO PLANO DE GOVERNO

1. MUNICIPALISMO
2. (4)E's: EFICIÊNCIA, EFICÁCIA, EFETIVIDADE, ESFORÇO
3. INOVAÇÃO
4. HUMANIZAÇÃO
5. TRANSPARÊNCIA
6. SUSTENTABILIDADE

## DIRETRIZES E AÇÕES PROPOSTAS

### EIXO I – VIVER COM QUALIDADE E DIGNIDADE

#### SAÚDE

##### Contexto Atual

A pandemia da COVID-19 agravou um processo que vinha acontecendo há anos no Tocantins que é a deterioração da saúde pública no estado. A pandemia também impactou nos dados epidemiológicos com novas questões de saúde, por isso, precisamos resolver tanto as novas quanto as rotineiras questões de saúde. A saúde precisa ser preventiva e resolutiva. Notamos que os profissionais fazem um brilhante trabalho em prol desse direito fundamental de todos. Contudo, o Sistema Único de Saúde no Estado do Tocantins possui problemas de todas as ordens, diante disso, há uma insatisfação da maioria da população tocaninense com esse serviço. Dentre alguns problemas, podemos citar a irracional aplicação e execução financeira, falta de medicamentos e insumos nos hospitais, grandes dificuldades de acesso aos serviços de saúde, oferta de médicos especializados de média complexidade ambulatorial, condições de trabalho inadequadas, pouco investimento na ampliação e qualificação do quadro de profissionais, entre outros. Portanto são necessários investimentos racionais nos serviços de saúde a fim de fortalecer a capacidade resolutiva para as necessidades de saúde nas regiões e nos territórios e de diminuir as distâncias entre os serviços de saúde e a população usuária.

## Propostas

1. Consolidar o conceito e os serviços de redes de atenção regionalizadas, efetivando os serviços de média complexidade, regionalmente distribuídos, e aperfeiçoar a qualidade do atendimento.
2. Ampliar o acesso e a resolutividade da atenção primária em parceria com os municípios para fortalecer a integração com a vigilância em Saúde e formatar especializada, com ênfase no modelo de atenção a condições crônicas na Rede de Atenção à Saúde.
3. Ofertar aos usuários do SUS ações e serviços de atenção especializada de média e alta complexidade em de acordo com os protocolos de acesso nas regiões de saúde.
4. Reduzir filas e prazos de consultas e exames de média e alta complexidade.
5. Ampliar a realização de cirurgias eletivas.
6. Elaborar um diagnóstico técnico dos hospitais públicos que prestam serviços ao SUS no Estado.
7. Ampliar e colocar o Hospital Geral de Palmas para funcionar em sua plenitude.
8. Modernizar e integrar a Gestão Hospitalar do Estado por meio de contrato de Gestão com Hospitais SUS.
9. Articular a organização e funcionamento dos serviços de atenção em reabilitação nos pontos de atenção à saúde.
10. Qualificar a rede pública hospitalar nos serviços de urgência/emergência com ampliação da oferta de leitos, leitos de UTI, UTI Neonatal, reabilitação, integrando a assistência hospitalar com uma política de tratamento em domicílio articulada com a atenção básica por meio de regulação eficiente.
11. Criar a Política Estadual de Regulação Assistencial do Estado.
12. Aumentar a taxa de doação de sangue a cada mil habitantes com a utilização de captação de sangue por meio de unidades móveis de coleta.
13. Organizar a rede de atenção à urgência.

14. Adequar as estruturas físicas de nossa rede própria oferecendo melhores condições de trabalho aos servidores da saúde e um melhor acolhimento aos pacientes.
15. Implantar o Programa Saúde da Pessoa Idosa.
16. Promover o acesso da população aos medicamentos contemplados nas políticas públicas de saúde e ao cuidado farmacêutico.
17. Fortalecer o Sistema Estadual de Vigilância em Saúde.
18. Promover a integração entre o conhecimento dos profissionais em vigilância em saúde com a política nacional de ciência, tecnologia e inovação em saúde.
19. Realizar ações educacionais para qualificação de trabalhadores e conselheiros de Saúde do SUS, priorizando a formação dos trabalhadores no SUS e as temáticas relacionadas às demandas sociais em saúde.
20. Fortalecer a rede de atenção à saúde materno-infantil para viabilizar acesso, acolhimento e resolutividade.
21. Fortalecer de forma integrada e transversal a Política de Saúde Mental.
22. Apoiar e fortalecer os planos de ação regional da Rede Psicossocial.
23. Promover a articulação entre as políticas de saúde, de educação, de assistência social e de segurança pública para o desenvolvimento de mais ações integradas de atenção integral aos usuários.
24. Fomentar a participação da sociedade no processo de tomada de decisão.
25. Criação da Escola de Saúde Pública do Tocantins.
26. Implementação da política Nacional de Humanização no Estado.
27. Promover a valorização dos Profissionais de Saúde.
28. Estruturar o Serviço de Telemedicina no âmbito da rede estadual e apoiar o uso desta tecnologia na rede básica dos municípios.
29. Fortalecer o controle social e a participação da população por meio dos Conselhos de Saúde e dos canais de comunicação como um instrumento de gestão e cidadania.

30. Apoiar os conselhos municipais de saúde.
31. Implantar parcerias com as instituições de ensino para qualificar a formação de alunos e aperfeiçoar profissionais da rede estadual de saúde.
32. Elaborar um plano estratégico para maior fixação dos profissionais de saúde no Estado, com prioridade nas regiões mais vulneráveis, transformando toda a rede de serviços em rede de ensino.
33. Criar condições para o funcionamento de Hospitais Universitários.
34. Realização do Plano Estadual para o programa de residência em áreas estratégicas para a SES-TO.
35. Combater as desigualdades no acesso aos serviços de saúde.
36. Fomentar a pesquisa no serviço de saúde para o suporte na tomada de decisão.
37. Dar condições para a implementação da Rede de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador (RENAST), conforme Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora e legislação vigente.
38. Potencializar a relação com o Governo Federal e a bancada federal do Tocantins, para o desenvolvimento de diversos programas federais de investimento em infraestrutura e atendimento nos municípios.
39. Reestruturar o atendimento do plano de saúde dos servidores estaduais.
40. Transformar o Hospital de Araguatins na maternidade da região do bico do papagaio;
41. Transformar o Hospital Regional de Augustinópolis em Hospital Universitário da UNITINS;
42. Fortalecer e apoiar financeiramente os Hospitais Municipais;
43. Construir o Hospital Geral de Araguaína;
44. Concluir a construção e transformar o Hospital Regional de Gurupi em Hospital Universitário da UNIRG;

45. Transformar o Hospital Maternidade Dona Regina em Hospital Universitário da Universidade Federal do Tocantins.

## SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL

### Contexto Atual

A institucionalização dos programas e projetos é um fator fundamental no campo da gestão das políticas de segurança pública, seja nos debates mais substanciais ou na própria operacionalização de programas e projetos das ações e metas. Essa maneira de fazer a gestão torna a segurança pública mais eficiente e perene. A descontinuidade da Política de Segurança Pública pelo atual governo traz sérias consequências para o cotidiano das famílias tocantinenses, atingindo diretamente a qualidade de vida das pessoas e afetando o núcleo básico de seus direitos: a vida e a integridade física e material. O desmonte e a aplicação ineficiente dos recursos com base no modelo tradicional das unidades que compõem o sistema de segurança pública estadual impactam na capacidade de resposta das instituições policiais e os índices de violência e criminalidade ainda persistem. Portanto, em conformidade com a o Sistema Único de Segurança Pública (SUSP) e a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPD), instituídos por meio da Lei nº 13.675 de 11 de junho de 2018, que dispõe sobre um conjunto de premissas a serem seguidas pelos entes federativos, esse plano de governo propõe eficiência e progresso das forças de segurança do estado, por meio da atuação inteligente, integrada e considerando as especificidades e as responsabilidades das forças, com base nos eixos: Redução de Indicadores Criminais, Gestão Interagências, Modernização institucional e Gestão de Investimentos, Desenvolvimento Humano e Organizacional, Inovação e Promoção da Cultura de Paz.

### Propostas

1. Instrumentalizar os órgãos de Segurança Pública para que possam realizar um atendimento imediato e digno ao cidadão, prioritário, qualificado e humanizado às pessoas em situação de vulnerabilidade.
2. Redução sistêmica de todos os indicadores criminais por meio da efetiva aplicação do plano estadual de segurança pública e defesa social já existente.



3. Promover um planejamento estratégico e sistêmico das forças de segurança, aprimorando o combate à criminalidade com o fortalecimento do processo investigativo e de inteligência e plena utilização do sistema de tecnologia da informação e comunicação para tomadas de decisão, padronizando rotinas, otimizando processos de trabalho, monitorando o desempenho de resultados e serviços.

4. Garantir a reposição automática do efetivo da Polícia Militar e Civil através da realização periódica de concursos e ampliação do efetivo conforme a disponibilidade orçamentária.

5. Fortalecer as ações de prevenção e resolução pacífica de conflitos, priorizando políticas de redução da letalidade violenta, com ênfase para os grupos vulneráveis.

6. Promover a atuação de forma integrada entre os órgãos da segurança pública com ações e políticas para a preservação da vida, do meio ambiente e da dignidade da pessoa humana, por meio do uso de ações e protocolos integrados operacionais e de inteligência entre agências federais, estaduais e municipais, com rotinas, avaliação das ações e protocolos de operações conjuntas.

7. Fomentar a formação e a capacitação continuada e qualificada dos profissionais de segurança pública.

8. Incentivar o desenvolvimento de programas e projetos que promovam a paz, a segurança comunitária e a integração das políticas de segurança com as políticas sociais existentes em outros órgãos e entidades não pertencentes ao sistema de segurança pública.

9. Fortalecer as instituições de segurança pública por meio de investimentos e do desenvolvimento de projetos estruturantes e de inovação tecnológica, com a padronização de estruturas, de capacitação, de tecnologia e de armamento e equipamentos necessários à atividade de interesse da segurança pública.

10. Estruturar um banco de dados digital unificado e integrado com a participação das instituições integrantes do sistema judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública com informações criminais de infratores a fim de servir aos órgãos de segurança pública e defesa social do Estado do Tocantins.

11. Ampliar as ações de policiamento de proximidade com Bases Móveis de Policiamento Ostensivo.

12. Fomentar políticas públicas voltadas à reinserção social dos egressos do sistema prisional, e as condições mínimas para ressocialização com oportunidades educacionais, de qualificação profissional e de trabalho.

14. Elaborar um plano de distribuição do efetivo de acordo com critérios técnicos.

15. Incentivar e ampliar as ações de prevenção, controle e fiscalização para a repressão aos crimes transfronteiriços.

16. Fomentar estudos, pesquisas e publicações sobre a política de enfrentamento às drogas e de redução de danos relacionados aos seus usuários e aos grupos sociais com os quais convivem.

17. Estabelecer ações permanentes para o combate ao crime organizado e à corrupção.

18. Fortalecer a atuação dos municípios nas ações de prevenção ao crime e à violência.

20. Reduzir os homicídios e outros crimes violentos letais.

21. Realizar ações preventivas e educativas em relação aos acidentes e mortes no trânsito, estruturação dos órgãos envolvidos nas atividades rotineiras relacionadas ao trânsito.

22. Construir, estruturar, equipar, mobiliar e manter as Delegacias de Polícia, Institutos de Medicina Legal, Criminalística e Identificação, quartel do Comando Geral do Corpo de Bombeiros Militar, Sistema de Defesa Civil e unidades vinculadas em pleno funcionamento.

24. Implantar soluções tecnológicas nas unidades de segurança para emissão de laudos periciais, controles administrativos e relatórios gerenciais.

25. Promover a estruturação e gestão eficiente das unidades prisionais e socioeducativas de forma a prover segurança à população e cumprir sua função social de remissão e ressocialização dos detentos e detentas.

26. Fortalecer a atuação da Polícia Militar Ambiental para garantir a proteção à fauna, flora e recursos hídricos tocantinenses.

27. Fortalecer a parceria com as instituições de ensino superior no compartilhamento de espaços, recursos humanos, equipamentos e insumos para o desenvolvimento de pesquisa e suporte científico às ações policiais.

28. Combater a corrupção e os crimes contra a administração pública.

29. Criar e manter de forma permanente a Academia Militar para a formação de policiais.

30. Videomonitoramento todos os acessos das cidades facilitando o trabalho de vigilância e inteligência.

31. Prover todos os municípios de forças policiais permanentes.

## PROTEÇÃO SOCIAL E DIREITOS HUMANOS

### Contexto Atual

O desenvolvimento de uma Política de proteção social inovadora, justa e humanista é uma das bases definidas em nosso plano de governo para a construção de uma nova realidade social, especialmente pelos impactos da COVID-19. Nesse sentido, é urgente a implementação de políticas públicas que garantam a proteção e inclusão social e produtiva, a garantia dos direitos inerentes à pessoa humana, respeitando a pluralidade e a diversidade social do povo do nosso Estado do Tocantins.

### Propostas

1. Fortalecer a estruturação da Política Pública de Assistência Social e as ações do Sistema Único de Assistência Social- SUAS, contemplando as suas proteções: básica e especial.

2. Mobilizar e atrair o setor empresarial e as organizações não governamentais para participarem do esforço de erradicação da pobreza.

3. Garantir que programas educacionais e de formação básica profissional façam parte e adquiram prioridade numa estratégia de erradicação da pobreza.

4. Fomentar parceria com instituições públicas e privadas para a realização de cursos e oficinas para qualificar e preparar, prioritariamente, as famílias cadastradas em programas sociais de modo a aumentar as chances de inserção no mercado de trabalho.

5. Fortalecer o PAIF, Programa de Atenção Integral à Família.

6. Apoiar a estruturação dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e a rede de serviços socioeducativos direcionados para grupos específicos, dentre eles, os Centros de Convivência e Fortalecimento de Vínculos que serão Integrados com base na intergeracionalidade (CCFVII) para crianças, jovens e idosos, dessa forma reforçar a proteção social e promover o maior vínculo afetivo entre as gerações.

7. Realizar parceria com as universidades para estimular estágios curriculares de estudantes das áreas afins em territórios de alta vulnerabilidade social.

8. Fortalecer a política de Segurança Alimentar e Nutricional, melhorando as áreas de alimentação e nutrição, de modo articulado nas demais políticas de segurança alimentar e nutricional, para as populações socialmente vulneráveis.

9. Apoiar o acesso de todas as pessoas ao emprego, a terra, ao crédito e aos meios de produção, à educação profissionalizante e às novas tecnologias.

10. Desempenhar uma forte atuação em todas as políticas públicas em direitos humanos.

11. Efetivar a Política e o Fundo Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa.

12. Realizar parceria técnico-científica com a Universidade da Maturidade da Universidade Federal do Tocantins (UMA/UFT).

13. Ampliar e fortalecer as políticas públicas de proteção, apoio e atenção às mulheres.

14. Fortalecer a Defensoria Pública como instrumento de defesa pública.



**ESPORTE E LAZER****Contexto Atual**

As políticas de esporte e lazer pensadas nesse plano de governo estão vinculadas à valorização para o progresso humano. Todos os programas e projetos que serão apoiados pelas políticas de governo devem visar o lazer, a saúde física e mental. E esses programas e projetos integrados com as possibilidades de geração de emprego, renda e inclusão social, ou seja, a política de esporte e lazer como instrumento de desenvolvimento social e econômico regional. O atual cenário das políticas públicas de esporte e lazer no Tocantins é de abandono e descaso. A escassez de informações dificulta a compreensão mais profunda da realidade do Esporte e Lazer no Tocantins. Vamos mudar isso.

**Propostas**

1. Criar a Política Estadual do Esporte.
2. Criar o projeto “Tocantins Esporte Natureza (TEN)” para estimular a prática de esportes e competições na natureza tais como corrida, esportes náuticos, trekking (trilhas), mountain bike escalada entre outros.
3. Estimular as entidades proponentes e patrocinadores/doadores a ampliar sua atuação dentre as manifestações esportivas (de rendimento, educação e participação), maximizando-a de forma a atingir todas as regiões do Tocantins e, assim, contribuindo com a universalização, crescimento e fortalecimento do desporto no âmbito da Lei de Incentivo ao Esporte.
4. Apoiar a realização dos jogos estudantis por DRE.
5. Apoiar a realização dos Jogos Universitários Tocantinenses.
6. Apoiar os municípios na elaboração de projetos de parques, jardins e equipamentos para a prática esportiva e lazer como um elemento essencial para a saúde integral da população.
7. Auxiliar as federações esportivas e estimular seu autofinanciamento.
8. Estimular as práticas de esportes em todas as fases da vida, focalizando

em cada cidade as modalidades esportivas mais compatíveis com os interesses e, oportunidades existentes na localidade, incluindo as comunidades tradicionais.

9. Criar o Circuito Estadual de pesca esportiva.

10. Fechar a pesca profissional artesanal nos rios que banham o Tocantins durante o ano, e oferecer aos pescadores um auxílio financeiro para a manutenção e ao mesmo tempo financiar atividade de piscicultura por meio de tanque rede ou piscicultura tradicional.

**CULTURA****Contexto Atual**

A gestão pública do estado do Tocantins esteve há mais de uma década sem ações concretas, em completo ostracismo, realizando alguns eventos pontuais, sem expressividade. A gestão para as políticas culturais do Tocantins se encontra “atrasada e ultrapassada” diante do quadro geral no restante do país. O estado do Tocantins é riquíssimo em sua cultura, que é sui generis com seus saberes e fazeres seculares, representado por comunidades étnicas antigas e de profundos conhecimentos, que ao mesmo tempo convive e se adequa a rapidez do progresso e solidificação de um novo estado. Então, há de se ter certa delicadeza e entendimento profundo sobre as reais necessidades desta área, bem como inseri-la no processo da velocidade de informações e mundo virtual, sem diluir ou perder a sua essência e fazer a política cultural de forma descentralizada, plural, desburocratizada e valorizando a diversidade cultural, para caminharmos para a sua sustentabilidade e fortalecimento socioeconômico.

**Propostas**

1. Estruturar e equipar a pasta da Cultura, com funcionários e técnicos para a área, recursos financeiros, legislações, etc..
2. Estruturar e aparelhar o Conselho de Política Cultural do Tocantins.
3. Promover o intercâmbio de informações entre os municípios e secretaria, através de sistema digital a ser implantado.

4. Inserir o estado do Tocantins nos marcos regulatórios do PNC (Plano Nacional de Cultura).
5. Promover a revitalização dos bens do Patrimônio Histórico do Tocantins.
6. Implantar sistema de cadastro permanente, com conteúdo de todas as informações da cultura.
7. Construir e equipar o Teatro do Estado.
8. Reimplantar Sistema Nacional de Bibliotecas.
9. Promover e realizar cursos, oficinas de capacitação e qualificação para os profissionais (artistas, produtores, empreendedores) da área cultural.
10. Promover capacitações técnicas para o interior do estado junto às gestões públicas municipais.
11. Realizar os Fóruns Estaduais de Cultura.
12. Atualizar a Lei do Sistema de Cultura do TO (Lei nº 3252 de 31/07/2017) e assegurar o seu cumprimento.
13. Promover a equidade social e territorial do desenvolvimento cultural.
14. Garantir a transparência da gestão cultural.
15. Promover os intercâmbios e trabalhos entre os municípios e estados.
16. Estimular, promover e realizar ações para que os jovens e sociedade em geral tenham acesso de forma democrática a todos os segmentos culturais e artísticos.
17. Estabelecer uma relação estratégica com as demais políticas públicas do estado e federação, promovendo a transversalidade de ações e diálogos e fomento de recursos.
18. Respeitar, valorizar e promover as culturas tradicionais do Tocantins (comunidades quilombolas e indígenas).
19. Promover a cultura popular de forma democrática e planejada.

20. Criar calendário de festejos tradicionais.
21. Criar e promover ações voltadas para a produção, através de cadeias produtivas (pesquisa, formação, produção, difusão, distribuição e consumo).
22. Considerar a Cultura como estratégica no processo do desenvolvimento sustentável do estado.
23. Criar e fortalecer o Programa de Economia e Incentivo à Cultura (Fundo de Cultura, sistema de informações e indicadores culturais, programa de formação e informação, etc.)
24. Descentralizar os equipamentos, as ações e os eventos culturais, democratizando o acesso aos bens culturais.
25. Fortalecer e respeitar o Conselho de Política Cultural do Tocantins.
26. Promover e fortalecer os editais de arte e cultura com recursos estaduais e/ou federais, permitindo ampla informação, divulgação e transparência nos repasses e prestações de contas.
27. Dignificar e enaltecer a Cultura e Arte do Tocantins através de políticas públicas coerentes, analisadas e pensadas junto às comunidades para que haja continuidade e acesso democrático de forma permanente.

## EIXO II – EDUCAÇÃO COM QUALIDADE SOCIAL

### EDUCAÇÃO

#### Contexto Atual

A educação no estado do Tocantins tem sido alvo de críticas ao longo de mais de 30 anos. Podemos citar a carência de uma política pública, efetiva e eficaz, de valorização dos profissionais do magistério, baixo investimento em formação inicial e continuada dos servidores, em especial, a dos professores que estão em sala de aula. Além da ausência de comprometimento do poder público com ações efetivas e de resultados para melhorar o desempenho dos estudantes. E por fim, a desatenção e zelo com o servidor quanto à sua qualidade de vida, saúde e bem-estar. O abandono, a falta de responsabilidade e os erros de uma política sem comprometimento com a educação podem ser percebidos nos resultados dos indicadores educacionais do estado.

## Propostas

1. Ampliar a oferta, em parceria com os Municípios, de forma progressiva, de matrículas na educação em tempo integral.
2. Construir novas escolas de Tempo Integral com educação de qualidade.
3. Investimentos para a ampliação, reforma e a climatização de 100% das escolas públicas estaduais.
4. Implementar ações de valorização do servidor do magistério com a oferta de concurso público.
5. Modernizar a gestão da SEDUC.
6. Fomentar e expandir a oferta de curso de formação inicial em Letras/ LIBRAS, presencial e a distância, em parceria com instituições públicas de ensino e entidades representativas.
7. Reestruturar o plano estratégico de formação docente e fomentar investimentos em formação inicial e continuada para qualificar os servidores (especialização Lato Sensu, mestrado e doutorado).
8. Fomentar a integração da educação de jovens e adultos (EJA) com a educação profissional, em cursos planejados, de acordo com as características do público.
9. Implementar e garantir políticas de inclusão e permanência na escola, para adolescentes e jovens que se encontram em regime de liberdade assistida e em situação de rua.
10. Ofertar programas alternativos voltados para a educação da pessoa idosa, comunidades tradicionais e pessoas em situação de risco.
11. Revisar e reformular o documento curricular do Tocantins com a participação de profissionais de educação.
12. Pactuar com os Municípios e a iniciativa privada, a utilização das escolas, para atendimento aos estudantes do ensino médio, nas áreas de esporte, cultura e lazer.

13. Implantar cursos profissionalizantes no ensino médio, considerando estudos de demandas e consultas às comunidades envolvidas, a partir dos arranjos produtivos locais, garantindo recursos humanos, financeiros e de infraestrutura em parceria com instituições de ensino superior e Sistema "S".
14. Incluir no Projeto Político-Pedagógico das escolas conteúdos ou cursos livres de educação empreendedora, fiscal e financeira.
15. Promover um amplo debate sobre a legislação específica, no âmbito do Estado para a nomeação de gestor(a) de unidade escolar (eleições diretas para a direção escolar).
16. Ofertar cursos de capacitação para o uso das Tecnologias da Informação e da Comunicação TICS apropriando-se da metodologia da aprendizagem híbrida para uso dentro de sua prática escolar.
17. Transferir para os municípios, em comum acordo, a responsabilidade da gestão das escolas de ensino fundamental.
18. Implementar a políticas de educação do campo.
19. Ampliar o atendimento a educação prisional.
20. Ampliar a conectividade das escolas da rede estadual.
21. Utilizar o contraturno das escolas para a realização de cursos profissionalizantes para a população em geral.
22. Implementar o atendimento do PRONATEC emprego e renda.
23. Implementar o Programa "Cultivo de alimentos e plantas medicinais" nas escolas com o objetivo de produzir alimentos de qualidade nutricional e difundir o uso das plantas medicinais.
24. Apoiar a realização da Feira de Empreendedorismo Ciências Inovação e Tecnologia (FECIT).
25. Transferir, gradativamente para os municípios a segunda fase do ensino fundamental.



**ENSINO SUPERIOR DE QUALIDADE****Contexto Atual**

A Universidade do Tocantins – UNITINS –, em muitos momentos de sua história, que já conta com mais 32 anos, sofreu as interferências e os desmandos de cada governo, impossibilitando-lhe o exercício da autonomia universitária em sua gestão, ensino, pesquisa e extensão, pilares fundamentais que garantam a existência de uma universidade. É urgente um governo que dê garantias à UNITINS para que ela continue a exercer a sua função no estado, como uma instituição de tradição pluralista e acolhedora de diferentes filosofias e convicções, estimulando o diálogo e a interdisciplinaridade de seus pares e comunidades. Isso se apoia na sua natureza e se expressa na formação técnico-profissional, difusão da cultura e criação filosófica, científica, artística e tecnológica. Este plano de governo inclui propostas baseadas em dois princípios fundamentais: educação de qualidade e responsabilidade social.

**Propostas**

1. Implantar novos polos da Unitins para facilitar o acesso ao ensino da graduação.
2. Implementar ações de valorização do servidor magistério da educação superior com a oferta de concurso público.
3. Viabilizar parcerias de fomento à pesquisa e à extensão entre os órgãos públicos e a iniciativa privada.
4. Assegurar o acesso e a permanência com sucesso dos(as) alunos(as) com Deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento e Altas Habilidades/ Superdotação.
5. Fomentar, junto às instituições de ensino superior, em especial a UNITINS, projetos específicos para a oferta da educação superior de qualidade para os privados de liberdade.

6. Estimular mecanismos para ocupar as vagas ociosas em cada período letivo.
7. Estimular a oferta gratuita de cursos de especialização lato sensu, mestrado e doutorado para os servidores estaduais.
8. Ofertar cursos superiores de tecnologia que atendam ao mercado de trabalho e cursos de formação específica e sequencial de complementação de estudos.
9. Incentivar parcerias de pesquisadores com o setor produtivo.
10. Possibilitar a criação de cursos sequenciais para que possam atender demandas pontuais e específicas nas diferentes regiões do Estado.
11. Zoneamento dos campi e cursos da UNITINS nas políticas de planejamento territorial da Secretaria de Planejamento do Estado (SEPLAN), em especial o Zoneamento Ecológico-Econômico.
12. Implantar programa de incentivo de permanência na UNITINS para alunos egressos da escola pública.
13. Instituir programa de abertura de startup de alunos egressos.
14. Disponibilizar recursos específicos através da FAPT para a busca de solução de demandas regionalizadas.
15. Fomentar o estabelecimento de redes de pesquisa entre as instituições de ensino superior sediadas no Tocantins.

**CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO****Contexto Atual**

A gestão da política em Ciência, Tecnologia e Inovação do Tocantins, infelizmente, tem se comportado de forma semelhante a uma onda eletromagnética, repleta de altos e baixos, mas no caso específico, mais vales que cristas. Desde a criação do estado, pouca ou nenhuma atenção tem sido dada a esta área fundamental para o desenvolvimento social e econômico. Chegamos a possuir uma secretaria de C&T, mas por falta de planejamento e continuidade, teve uma existência curta, foi extinta. Em outro momento foi criada a Fundação de Amparo à Pesquisa do Tocantins – FAPT, mas entre criação e atuação efetiva existe uma grande diferença. Os recursos consti-

tucionais destinados a C&T do Tocantins (0,5% da receita tributária), nunca foram repassados de forma integral, sendo relegada ao setor apenas uma pequena fração deste recurso, sendo, portanto insuficiente para promover a política de C&T do Estado. Com isto, podemos concluir que somente com planejamento robusto, competente e com responsabilidade o Tocantins poderá avançar na produção técnica-científica, elevando o grau de inovação de empresas públicas, privadas, autarquias, escolas e demais entes que promovem o desenvolvimento sustentável da nossa sociedade.

### Propostas

1. Reconhecer a importância da ciência, tecnologia e inovação - C, T & I para o desenvolvimento social e econômico do Tocantins, por meio da valorização e institucionalização desta política junto ao gabinete do governador.
2. Garantir o financiamento sólido e constante das iniciativas de C,T & I por meio do repasse integral do percentual constitucional (0,5%) da receita tributária (const. do Est. do TO, capítulo II, art. 142, § 5 ICMS).
3. Fomentar editais de pesquisa e inovação via FAPT, com recursos e cronogramas pré-determinados.
4. Fomentar a interação entre as empresas tocaninenses, universidades, centros de pesquisas e autarquias para a resolução de problemas e gargalos enfrentados pelo setor produtivo e sociedade por meio da pesquisa e desenvolvimento de produtos, processos e estudos.
5. Estimular a pesquisa, desenvolvimento e inovação nas empresas e a atração e fixação de recursos humanos altamente especializados no Estado por meio de editais de bolsas a pesquisadores nas empresas, no modelo do Recursos Humanos em Áreas Estratégicas (RHAÉ) do CNPq.
6. Atrair pesquisadores para o estado por meio de oferta de bolsas de pesquisa de longa duração (36 meses) em parcerias com as instituições de ensino e pesquisa do Estado.
7. Fixar recursos humanos qualificados por meio de abertura de concursos públicos para as instituições de ensino e pesquisa do estado.

8. Multiplicar os recursos investidos em C, T & I por meio de parcerias com CNPq, CAPES, FINEP, e outras agências de fomento.
9. Atrair e incentivar a criação de empresas inovadoras e startups.
10. Promover um debate na Amazônia Legal para uniformizar as decisões dos procuradores estaduais e federais em relação à legislação de C,T&I.
11. Ampliar o investimento em pesquisa na UNITINS, por meio de editais específicos da FAPT.
12. Promover a colaboração entre as instituições de pesquisa e ensino por meio de editais no formato de Redes de Pesquisa.
13. Oferecer isenção ou redução de impostos estaduais para a aquisição de insumos e equipamentos de pesquisa e inovação para instituições de pesquisa e empresas de tecnologia.
14. Ampliar a qualificação de professores e demais profissionais do setor público (municipal e estadual) por meio do estabelecimento de parcerias com as instituições de ensino superior do Tocantins.
15. Garantir a implantação e funcionamento do Parque Tecnológico em bases consistentes e sustentáveis, garantindo não somente a perenidade de ações, mas a participação de todos os atores envolvidos no ecossistema de inovação.
16. Estabelecer a incubadora de empresas inovadoras do Estado.
17. Fomentar a integração nacional e internacional das instituições de ensino e pesquisa sediadas no Tocantins junto a centros de excelência do conhecimento.
18. Disponibilizar e estimular o uso compartilhado de equipamentos e insumos de pesquisa para permitir o uso de equipamentos de grande porte por diferentes instituições de pesquisa, empresas e universidades.

## EIXO III - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SUSTENTÁVEL

### LOGÍSTICA

#### Contexto Atual

A logística exerce um papel fundamental no desenvolvimento do Estado do Tocantins. O Estado está localizado em um ponto estratégico para a distribuição de matérias-primas e produtos do Brasil. As rodovias são o principal modal logístico do Tocantins, por isso, é fundamental estarem em boas condições. Mas, também, é necessário realizar o processo de transição de uma malha logística do século passado para uma malha que atenda as demandas para as próximas décadas e promover o desenvolvimento e a interligação dos vários modais para diminuir a dependência do modal rodoviário no transporte. Portanto serão realizados projetos de curto, médio e longo prazo que acompanhem o desenvolvimento econômico, a melhoria na competitividade das diferentes cadeias produtivas e a qualidade de vida da população.

#### Propostas

1. Dar início de forma emergencial ao programa de recuperação da malha rodoviária pavimentada do Estado do Tocantins.
2. Recuperar, ampliar, integrar e modernizar toda a estrutura logística do Estado do Tocantins com vistas à inserção global e nacional por meio de projetos que irão aperfeiçoar e dar maior eficácia ao sistema produtivo.
3. Apoiar os municípios na recuperação de estradas vicinais e na construção de pontes de concreto de forma a colaborar com a mobilidade rural e escoamento da produção.
4. Atualizar e implantar o Plano Estadual de Logística de Transporte de Cargas do Tocantins (PELT-TO).
5. Criar as condições para tornar o Estado do Tocantins o maior polo logístico da região norte.

6. Recuperação imediata das vias de acesso aos modais da ferrovia Norte-Sul já existentes, assim como planejar a implantação e integração com outros modais.

7. Avaliar a possibilidade de federalização de algumas rodovias estaduais.

8. Estudar a viabilidade de construção de novas pontes e rodovias que possam ligar o Tocantins a outros Estados e conectar os polos produtores aos mercados consumidores.

9. Integrar via transporte aéreo regional adotando de infraestrutura adequada os aeroportos, com voos regulares, interligando as cidades de Dianópolis, Gurupi, Palmas, Araguaína e Araguatins. De forma adicional proporcionar voos regionais de Palmas para Jalapão e Redenção-PA, e de Araguaína para Balsas-MA.

10. Estimular o modal hidroviário como alternativa ao transporte de cargas de baixo valor agregado.

### DESENVOLVIMENTO RURAL

#### Contexto Atual

A agropecuária é um segmento com importância significativa na dinâmica econômica do estado. O potencial desse setor é fortemente prejudicado pelas condições de infraestrutura rural do estado, a exemplo das inadequadas condições das estradas e pontes. A infraestrutura rural é importante não só para a logística e o transporte das safras de grãos e das produções pecuárias, mas também para a qualidade de vida dos habitantes do campo ao permitir acesso à saúde, educação e lazer. Além de garantir o transporte de produtos e pessoas, a infraestrutura é importante para armazenamento, acesso aos recursos hídricos, para a agregação de valor da produção, principalmente, por meio da agroindústria da agricultura familiar. Portanto esse plano de governo aponta para um futuro sustentável do setor da agropecuária que une a infraestrutura rural e o desenvolvimento socioeconômico.

#### Propostas

1. Recuperação imediata das estradas vicinais e substituição de pontes de madeira por pontes de concreto, assim como apoiar os municípios com o mapeamento e



planejamento de intervenções nestas vias com vistas a garantir a perenidade de tráfego.

2. Realizar programa de fomento para aquisição de equipamentos agrícolas.
3. Potencializar a atuação do Ruraltins e Adapec com vistas a cumprirem suas respectivas missões institucionais, proporcionando assim melhor desempenho na defesa agropecuária, assistência técnica qualificada e extensão rural aos produtores em todas as suas categorias.
4. Alcançar o reconhecimento internacional de área livre da febre aftosa sem vacinação, ampliar a biossegurança em avicultura e suinocultura, com regionalização, controle de zoonoses e fitopatologias e ainda simplificar registros e processos de inspeção.
5. Apoiar a construção de poços tubulares profundos, cacimbas e reservatórios para produtores rurais nas regiões de baixa precipitação pluviométrica, em especial na região sudeste do Estado.
6. Melhorar toda a infraestrutura da área onde se realiza a Agrotins, com pavimentação, banheiros, água potável, áreas de alimentação e duplicação da via de acesso de forma a garantir maior conforto para expositores e população em geral.
7. Realizar parcerias com instituições públicas e privadas para potencializar o multiuso do espaço da Agrotins ao longo do ano.
8. Incentivar a geração de emprego e renda no campo.
9. Potencializar projetos de interesse social e econômico em áreas de irrigação, tais como Manoel Alves, Sampaio e São João.
10. Estimular a ampliação da formação de produtores por meio de qualificação em programa de extensão nas escolas.
11. Implantar programas de lavoura e hortas comunitárias no Estado por meio da Ruraltins.
12. Fomentar o sistema de aquisição e distribuição de calcário para agricultores familiares.

13. Fomentar os pequenos agricultores para a criação de animais de pequeno porte e construção de abatedouros nas comunidades.
14. Ampliação da bacia leiteira.
15. Promover o apoio às feiras agropecuárias.
16. Fortalecimento da produção local em parceria com o consórcio municipal a fim de aumentar o atendimento da oferta de hortifrutigranjeiros.
17. Reestruturar o Centro de Distribuição Hortifrutigranjeiro para receber os produtos da cadeia produtiva que será incentivada pelos pequenos e grandes produtores no Estado - CEASA.
18. Incentivar os Produtores rurais, inclusive da agricultura familiar, participantes de associações e cooperativas de apicultores e meliponicultores, ao uso de indicação geográfica e marcas coletivas para produtos agropecuários, promovendo o desenvolvimento rural e a sustentabilidade.
19. Melhorar a estrutura de internet nas escolas do meio rural de modo que possam servir de polo distribuidor para conectividade das comunidades rurais.

## ECONOMIA SUSTENTÁVEL E COMUNITÁRIA

### Contexto Atual

Um modelo de desenvolvimento econômico atualizado é sintonizado com os princípios da sustentabilidade. Esse desenvolvimento baseia-se nos três pilares da sustentabilidade: econômico, ambiental e social, e deve assegurar oportunidades às pessoas com o uso racional dos recursos naturais. Notoriamente, a população tocantinense é caracterizada por sua diversidade, neste sentido, devemos valorizar a economia comunitária para englobar o conhecimento, técnicas e recursos que uma comunidade utiliza para manter sua existência tanto no presente quanto no futuro. Portanto, neste plano de governo as propostas contemplam tanto atividades produtivas em base comunitária, quanto economia sustentável.

## Propostas

1. Fomentar a bioeconomia no Estado, ofertando tecnologias para a implantação da indústria 4.0.
2. Apoiar o lançamento de editais de fomento à pesquisa em bioeconomia.
3. Ampliar os programas institucionais de aquisição de alimentos pelo governo, principalmente aqueles provenientes dos pequenos produtores e agricultura familiar.
4. Capacitar os municípios para melhor captação do ICMS Ecológico.
5. Criar um programa de capacitação e treinamento para estimular a organização produtiva na forma de cooperativas e associações nas principais macrorregiões do Estado do Tocantins.
6. Fomentar o empreendedorismo para pequenos negócios ligados à economia popular, solidária e criativa.
7. Criar programas de incentivo ao turismo de base comunitária para gerar renda e vida digna por meio de atividades ligadas ao artesanato, à gastronomia e ao patrimônio cultural e histórico.
8. Incrementar as parcerias com o Sistema “S” de forma a garantir formação permanente e continuada para os pequenos empreendedores.
9. Apoiar tecnicamente o desenvolvimento de sistemas de produção orgânica.
10. Fortalecer as escolas agrícolas com cursos nas áreas de agricultura 4.0 e de inclusão digital.
11. Apoiar a agroindústria regional para o cumprimento dos padrões de segurança alimentar preconizados pela legislação, obtenção de certificação de identidade e qualidade dos produtos, tais como, queijos, doces, compotas, pamonha entre outros.

## TURISMO

### Contexto Atual

O setor turístico contribui para fixação das populações locais e fomenta a economia regional. O turismo é estimulado com a atração de mais visitantes de outros estados, mas também, do próprio tocantinense. É necessário tornar esta cadeia de negócios mais competitiva. Por isso, nosso plano de governo aponta para a gestão da política de turismo nas sete regiões turísticas do estado, com o foco em promover investimentos da iniciativa privada, além de sensibilizar as comunidades locais sobre o papel do turismo como gerador de novas oportunidades de trabalho, emprego, renda e melhoria da qualidade de vida.

### Propostas

1. Fomentar a cadeia produtiva do Turismo com vistas a gerar emprego e renda no setor.
2. Promover melhorias na infraestrutura e logística das principais regiões turísticas do Tocantins, em especial nas regiões do Jalapão, Cantão, Serras Gerais e Palmas.
3. Apoiar o plano de desenvolvimento das sete regiões turísticas do Tocantins.
4. Fortalecer o observatório de Turismo do Estado para facilitar o planejamento e a gestão pública e privada da atividade turística.
5. Estimular as Parcerias Público Privadas (PPPs) como uma das alternativas ao desenvolvimento da cadeia de negócios do Turismo.
6. Revisar o Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável do Tocantins (PDITS-TO) com apoio do Ministério do Turismo, por meio do Programa de Desenvolvimento do Turismo – PRODETUR NACIONAL.
7. Investir no fortalecimento da marca “TOCANTINS” em nível nacional e internacional.
8. Apoiar os municípios sede dos principais pontos turísticos propiciando a qualificação de mão de obra para atendimento adequado ao turista.

9. Ampliar a articulação do Estado junto ao Ministério do Turismo e demais parceiros com vistas a criar o programa “PONTO DO TURISMO” nos municípios sede das regiões turísticas do Estado, resguardando as suas vocações culturais, históricas e turísticas.

10. Construção do Centro de Convenções do Estado do Tocantins.

11. Apoiar o desenvolvimento do Ecoturismo, Agroturismo, Aventura, Negócios e Eventos, Sol e Praia, Pesca Esportiva, Cultural, Religioso, dentre outros.

12. Implantação de Sinalização Indicativa e Turística nos Municípios.

13. Capacitar continuamente a mão de obra para atividade turística e cultural.

14. Fomentar junto às instituições de ensino superior a pesquisa sobre o Turismo Tocantinense, para a produção de livros, atlas, guias, cartilhas manuais entre outros produtos.

15. Atualização do Zoneamento Econômico Ecológico, com alto nível de precisão, definindo áreas propícias que estarão pré licenciadas para o cultivo agrícola.

## DESENVOLVIMENTO REGIONAL

### Contexto Atual

O desenvolvimento regional compreende um esforço das sociedades locais na formulação de políticas regionais com o intuito de discutir as questões que tornam a região sujeito de seu processo de desenvolvimento. É possível identificar os objetivos fundamentais do desenvolvimento regional através dos seguintes aspectos: a) combate às assimetrias regionais. b) aproveitamento dos recursos e potencialidades endógenos das regiões. c) promoção do ordenamento do território. d) garantia da participação dos cidadãos na resolução dos problemas regionais. É preciso reconhecer as desigualdades regionais em múltiplas escalas de intervenção, orientar políticas e programas que promovam o desenvolvimento territorial por meio de instrumentos adequados ao trabalho multiescalar, de modo a facilitar a cooperação e a coordenação horizontal do governo para sua efetiva implementação. Nesta perspectiva, nossas propostas se alinham à Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), num grande esforço para a busca da redução

das desigualdades econômicas e sociais, intra e inter-regionais, por meio da criação de oportunidades de desenvolvimento que resultem em crescimento econômico, geração de renda e melhoria da qualidade de vida da população.

### Propostas

1. Fomentar o desenvolvimento econômico nos municípios por meio da descentralização de recursos estaduais, criando um grande programa Municipalista que destina 2,5% do orçamento anual de forma desburocratizada.

2. Fortalecer o Programa de regularização fundiária nas áreas urbana e rural.

3. Criar espaços-polo de desenvolvimento regional no Estado (sul, sudeste, bico do papagaio, Jalapão, Centro-norte e centro do Estado) em articulação com as instituições de ensino e pesquisa do Estado com vistas a tornar viáveis e sustentáveis as práticas de manejo dos recursos naturais e financeiros com vistas a gerar renda e dignidade no território.

4. Incentivar a utilização de todos os levantamentos, estudos técnicos, mapeamentos e bases digitais do Estado do Tocantins, como elementos de informações, conhecimento e instrumento de tomada de decisões para os diferentes setores da economia.

5. Fomentar o capital social envolvendo atividades de fortalecimento institucional das organizações da sociedade e dos municípios e capacitação de gestores.

6. Instituir o comitê municipalista com calendário permanente de reuniões, com todos os Prefeitos dos municípios tocantinenses, com vistas à criação de uma pauta permanente de discussões sobre os temas estratégicos do governo (saúde, educação, infraestrutura, meio ambiente, geração de emprego e renda), como também estabelecer as melhores práticas de gestão.

7. Instituir o Prêmio de “Boas Práticas em Governança Pública” para os gestores municipais.

8. Criar um programa de capacitação integrado aos municípios para melhorar a atuação dos agentes públicos e a logística orçamentária com vistas a aumentar os recursos disponíveis para fortalecer as políticas públicas de saúde, educação, infraestrutura, emprego e renda.



9. Atuar em parceria com os municípios para redução dos gastos municipais com manutenção de unidades de órgãos estaduais tais como despesas com aluguel, energia elétrica, água, esgoto, telefonia e internet.

10. Reorganizar por meio das parcerias público privadas (PPPs) disponibilização da infraestrutura adequada para órgãos públicos estaduais, com descrição de especificações de necessidades de espaços e compartilhamento de ambientes entre diferentes órgãos.

11. Estimular os municípios a desenvolverem seus planos diretores urbanos de acordo com suas vocações.

12. Incentivar as empresas privadas apresentar projetos de solicitação de incentivos fiscais junto ao Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA), Fundo Nacional do Norte (FNO) e demais oportunidades de captação de recurso, para empreendimentos prioritários para o desenvolvimento regional.

13. Reimplantar o programa cheque moradia para melhoria e/ou ampliação de casas da população de baixa renda.

## HABITAÇÃO

### Contexto Atual

É de conhecimento de todos que o Tocantins apresenta grandes problemas sociais. Um dos mais destacados é a questão da moradia, que apesar de ser garantida na Carta Constitucional, ainda não é realidade para muitos Tocantinenses. O Estado do Tocantins tem um dos piores déficits habitacionais da região Norte do país, com cerca de aproximadamente 42.100 famílias vivendo em moradias inadequadas ou até a falta de um lar. A principal causa do déficit habitacional é a falta de políticas públicas e transformações sociais. É possível mudar esse cenário de calamidade, especialmente com a experiência acumulada do candidato Ronaldo Dimas, que foi Secretário de Estado das Cidades e Desenvolvimento Urbano e enquanto prefeito da cidade de Araguaína fez o maior programa habitacional da região norte, com a construção de mais de 6.200 moradias.

### Propostas

1. Criação e Implantação do “Habita Tocantins” para construção de casas populares, nas zonas urbana e rural.

2. Criar programas de empreendimentos imobiliários em parceria com as prefeituras municipais e as instituições financeiras.

3. Fortalecer parcerias com o Governo Federal e prefeituras para atender com qualidade, às famílias mais carentes e manter os programas de melhorias habitacionais.

4. Fortalecer/Reativar o Conselho Gestor do Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social.

5. Garantir recursos de caráter permanente para o financiamento de programas e projetos de habitação do Tocantins, priorizando o atendimento da população de baixa renda.

6. Criar condições para o planejamento a médio e longo prazo com vistas à erradicação do déficit habitacional no Estado.

7. Integrar a política habitacional do Estado com as políticas setoriais de desenvolvimento urbano, nos níveis municipal, estadual e federal.

8. Formar parcerias com Universidades para realização de estudos e pesquisas voltados ao conhecimento das necessidades habitacionais e ao desenvolvimento e aperfeiçoamento de métodos de gestão e tecnologias, a fim de melhorar a qualidade e redução dos custos das unidades habitacionais.

9. Transferir gradativamente aos municípios conforme determina a legislação federal a responsabilidade pelos serviços de água e esgoto, preferencialmente após processo licitatório de concessão.

10. Apoiar técnica e economicamente os municípios na implantação adequada dos sistemas de saneamento ambiental.

## POLÍTICA DE MEIO AMBIENTE E SANEAMENTO

### Contexto Atual

A dimensão e a complexidade do tema ambiental destacam a necessidade de desenvolver paradigmas inovadores e sustentáveis, o desenvolvimento e preservação ambiental podem estar integrados por meio do uso racional dos recursos naturais. Para nós é possível proteger o meio ambiente, preservar e conservar a biodiversidade e, ao mesmo tempo, apoiar o sistema produtivo para o desenvolvimento socioeconômico, mantendo o meio ambiente equilibrado e saudável para as futuras gerações. O desafio está em estruturar políticas públicas fundamentadas em responsabilidades integradas e compartilhadas entre as esferas públicas dos governos federal, estaduais e municipais, considerando a participação de iniciativas privadas. Devem ser estimuladas fortemente as inovações, em qualquer campo do conhecimento e da produção, que sejam sustentáveis e agreguem mais valor aos bens e serviços, mesmo porque as barreiras ao comércio internacional serão cada vez mais associadas à prática de técnicas e processos de produção sustentáveis. Devemos ainda reforçar a necessidade de ampliar fortemente o acesso da população aos serviços de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto e destinação final dos resíduos sólidos. Além disso, operacionalizar ações para implementar as metas climáticas de redução da emissão dos gases estufa.

### Propostas

1. Atrair investimentos externos para o Tocantins para a preservação ambiental e o aumento de fundos ligados à pauta socioambiental.
2. Tornar os processos de licenciamento ambiental menos burocráticos e mais acessíveis.
3. Modernizar os sistemas de licenciamento e fiscalização ambiental dos órgãos de controle ambiental.
4. Melhorar a articulação entre a secretaria de meio ambiente estadual e secretarias de meio ambiente municipais com o objetivo de transversalizar as políticas públicas de desenvolvimento econômico, social e ambiental.

5. Aprimorar e agilizar a gestão dos Termos de Ajustamento de Conduta em matéria ambiental.
6. Apoiar técnica e financeiramente a recuperação de áreas degradadas para aumento da produtividade agrícola do Estado do Tocantins.
7. Ampliar a pesquisa e a extensão rural para melhorar a produtividade agroflorestal, agroecológica, e inovar nos produtos com base na biodiversidade tocantinense.
8. Fortalecer a gestão participativa nos conselhos e órgãos colegiados ambientais.
9. Desenvolver ações, campanhas por meio de materiais didáticos e pedagógicos de Educação Ambiental.
10. Ampliar o acesso ao saneamento básico para a população.
11. Apoiar os municípios para a criação ou revisão dos Planos Municipais de Saneamento Básico.
13. Apoiar os municípios para a oferta de saneamento básico para a população rural, considerando suas características econômicas e sociais peculiares.
14. Estimular o desenvolvimento e o aperfeiçoamento de equipamentos e métodos economizadores de água.
15. Garantir a perenidade e boa gestão dos recursos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos.
16. Consolidar o sistema de gerenciamento de recursos hídricos por meio da implementação de seus instrumentos de gestão e do fortalecimento dos Comitês de Bacia Hidrográfica.
17. Apoiar à efetivação de um Plano Estadual de Segurança Hídrica, com o objetivo de promover iniciativas que visem o aumento da segurança hídrica, proporcionando maior segurança ao abastecimento público, gestão de secas e eventos climáticos extremos no contexto do desenvolvimento econômico do Estado.
18. Implementar ações de proteção e gestão das águas subterrâneas, incluindo a elaboração de estudo hidrogeológico para o Estado.

19. Garantir a boa Gestão das Unidades de Conservação do Tocantins, por meio da cooperação técnica com organismos nacionais e internacionais de preservação ambiental.

20. Apoiar a implantação de unidades de conservação urbanas, as quais deverão ser demarcadas, sinalizadas, protegidas e dotadas de infraestrutura, buscando-se parcerias com entidades sem fins lucrativos e empresas privadas para sua gestão e conservação.

21. Reduzir as emissões de Gases de Efeito Estufa, por meio de ações de monitoramento, prevenção e combate aos desmatamentos, queimadas e incêndios florestais.

22. Fomentar a criação de programas, subprogramas e projetos, públicos e privados, destinados à manutenção e provisão de produtos e serviços ambientais no Tocantins.

## EIXO IV – ESTADO PARCEIRO E EMPREENDEDOR

### EMPREENDEDORISMO E AMBIENTE DE NEGÓCIOS

#### Contexto Atual

O incentivo ao empreendedorismo e a melhoria do ambiente de negócios são chaves no processo de aumento da competitividade do Estado do Tocantins. Considerando-se que o desenvolvimento econômico é endógeno, ou seja, inerente às características e ações de cada região, é importante desenvolver o perfil empreendedor dos talentos humanos, estimulando a geração de empregos e melhorando o ambiente de negócios e da sociedade como um todo. A potencialização deste ambiente passa pela desburocratização e pela implantação de um modelo com atitudes empreendedoras valorizadas pelo mercado. Além do exposto, a atratividade de empreendimentos para o Tocantins passa, também, pela justiça tributária de modo a não onerar o contribuinte nem empresas.

#### Propostas

1. Estimular ambiente de negócios favorável à geração, atração e fixação de empresas de base tecnológica, atuando como elo entre o setor público, privado e academia.

2. Apoiar iniciativas ligadas às Parcerias Público-Privada (PPPs) como forma de alavancar projetos, estimular a economia, reduzir custos e ofertar melhores serviços.

3. Incentivar e fomentar as empresas locais para concorrer nacionalmente com seus produtos.

4. Qualificar a mão de obra local para garantir emprego e melhor remuneração aos tocantinenses.

5. Colaborar através da formulação de políticas públicas e assessoramento técnico e legal aos principais arranjos produtivos locais.

6. Aumentar o protagonismo do estado por meio de alianças regionais orientadas para o desenvolvimento da Região Norte, o Brasil Central e o MATOPIBA.

7. Promover alianças regionais por meio de estímulos fiscais e facilidade de logística.

8. Inserir no planejamento ações regionalizadas de inserção nos planos de desenvolvimento dos municípios.

9. Lançar programas de incentivo à abertura de startups.

10. Reestruturar a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, para promoção de políticas públicas voltadas para o empreendedorismo, investimento e inovação.

11. Fortalecer iniciativas de Apoio ao Microempreendedor e à Micro e Pequena Empresa para incentivar o crescimento empresarial.

### POLÍTICA TRIBUTÁRIA E FISCAL

#### Contexto Atual

A gestão da política tributária e fiscal do Estado do Tocantins é ultrapassada e isso impacta negativamente para o contribuinte e na receita de arrecadação. A ausência da eficiência e modernização da gestão, a inadequada relação com o contribuinte e poucos estudos de inteligência e justiça fiscal colocam o Tocantins no atraso quanto a essa política. A eficiência da política tributária



está na forma como o Estado se relaciona com o contribuinte. De forma adicional, a modernização da política fiscal é um conjunto de medidas adotadas pelo governo com a finalidade de equilibrar as contas públicas. Portanto, em nosso Governo, a elaboração de um sistema que possibilite o financiamento das atividades do governo sem sobrecarregar seus contribuintes e de forma justa, equilibrada e responsável, será o maior compromisso.

### Propostas

1. Rever todo o regramento estadual em relação aos tributos que incidem sobre produtos e serviços, de forma a garantir equilíbrio, modernização, simplificação, desoneração, competitividade e justiça fiscal.
2. Modernizar a gestão da Secretaria da Fazenda.
3. Melhorar o atendimento do “É PRA JÁ”.
4. Facilitar a relação do empresário e prestadores de serviço com o governo na abertura, manutenção, alteração e baixa de empresas integrando os serviços estaduais, municipais e federais.
5. Criar canais oficiais de comunicação eficientes para esclarecimento de dúvidas relativas à legislação e processos fiscais e tributários.
6. Revisar o regime de substituição tributária e a lista de produtos beneficiados.
7. Implementar uma política de incentivo, fomento e subsídio para os setores econômicos do Estado.
8. Divulgar a utilização dos incentivos fiscais nas leis vigentes do Estado do Tocantins, e executadas pela Secretaria da Indústria, Comércio e Serviços.
9. Criar um grupo para estudar e propor alternativas fiscais que possam fomentar as cadeias produtivas que promovam o desenvolvimento regional do Tocantins.
10. Integrar os processos de concessão dos TARES entre Secretária de Indústria e Comércio e Secretaria da Fazenda.
11. Garantir equilíbrio e qualidade no gasto público com enquadramento do Estado nos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal.

12. Fortalecer a capacitação dos agentes públicos para criar um ambiente com boas práticas de gestão.

13. Redução tributária de IPVA de táxi e mototáxi.

## INDÚSTRIA, MINAS E ENERGIA

### Contexto Atual

A atividade industrial é considerada essencial para a economia de qualquer região. Afinal, além de gerar empregos, promove transações que impactam diretamente no crescimento do produto interno bruto. Nações industrializadas são em geral desenvolvidas, com renda per capita elevada e população desfrutando de um bom padrão de vida. É isso que nós queremos para todos os tocantinenses. O Estado do Tocantins ainda está longe de atingir o patamar que todos nós desejamos e que, pelas potencialidades de nossa gente e de nosso território, é possível alcançar. Hoje a indústria tocantinense é composta predominantemente por micro e pequenas empresas, com pouca inovação e pouca maturidade para a exportação. Então como transformar este cenário ainda tímido de nosso setor industrial em uma grande locomotiva de desenvolvimento considerando todas as nossas potencialidades? É uma questão complexa de se resolver, mas para isso precisamos incorporar as boas práticas de planejamento e governança pública, recuperar a capacidade de investimento do Estado e assim criar a infraestrutura e ambiente de negócios favorável à atração do capital privado. Também uma política tributária e fiscal moderna e justa, que dê segurança aos investidores. Todos estes pré-requisitos somente poderão ser atendidos se tivermos um Governo estabelecido em bases profissionais. Chega de amadorismo, retrabalho e inércia em nossa economia.

### Propostas

1. Criar um programa de atração de empresas e novos investimentos.
2. Implementar Polos Industriais vocacionados de acordo com o potencial de cada região do Tocantins para a atração e fixação de investidores.
3. Estimular o uso sustentável das riquezas geológicas do estado, promovendo a gestão estratégica das informações, atraindo investimentos e estruturando cadeias produtivas minerais já implantadas.

4. Reforçar a atuação da Agência Estadual de Mineração com melhor estrutura técnica e operacional com vistas a apoiar a cadeia produtiva dos minerais metálicos, não metálicos e materiais de uso imediato na construção civil.
5. Melhorar as relações institucionais entre a Agência de Mineração do Tocantins (AMETO), Agência Nacional de Mineração (ANM) e Serviço Geológico do Brasil (SGB/CPRM) com vistas a execução e compartilhamento de bases de dados e desenvolvimento de mapeamento de detalhe e pesquisa mineral no Tocantins.
6. Implantar obras de infraestrutura para melhorar o acesso a empreendimentos de exploração mineral.
7. Incentivar a criação de curso de tecnólogo em mineração para apoiar a indústria da exploração mineral.
8. Orientar os municípios que têm atividade de exploração mineral em seus territórios para que possam se utilizar da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM).
9. Fomentar e incentivar novas cadeias produtivas tecnológicas em energias renováveis.
10. Construir uma plataforma digital de acesso a uma base de dados provenientes dos diferentes estudos técnicos, para que sirva de fonte de informações para possíveis investidores.
11. Ampliar o diálogo com a Federação das Indústrias do Estado do Tocantins - FIETO, para que o Estado, através da formulação de políticas públicas assertivas, possa criar cenários de estímulo à atração de investimentos e ambiente de negócios que induzam ao processo de verticalização de nossa produção.
12. Promover a gradativa mudança no fornecimento de energia elétrica das instalações públicas para fontes sustentáveis, em especial, a energia solar.
13. Reduzir impostos e encargos sobre a aquisição, comercialização e instalação de equipamentos de geração de energia renováveis.

14. Estimular através de políticas fiscais a atração de empresas ligadas à geração de energias limpas e renováveis.
15. Estimular a microgeração e construção de PCHs - Pequenas Centrais Hidrelétricas, onde as condições de viabilidade técnica, ambiental e econômica se mostrarem favoráveis.
16. Estimular a produção e consumo de biogás em propriedades rurais.
17. Estimular a atração de investimentos na produção de biodiesel e óleos vegetais com potencial de uso energético.

## EIXO V – GESTÃO EFICIENTE E TRANSPARENTE

### PLANEJAMENTO

#### Contexto Atual

O planejamento governamental é uma ferramenta que favorece a organização da ação do Estado e a melhoria do desempenho gerencial da Administração Pública. É um importante instrumento de gestão ao expor o direcionamento e a coerência das ações ao longo do tempo dos gastos públicos do governo. Dessa forma, contribui para a elaboração e monitoramento das políticas públicas que melhorem a vida das pessoas. As boas práticas de planejamento, minimizam os efeitos negativos das mudanças sociais, econômicas e ambientais que impactam a máquina pública. Há muitos desafios a serem superados no Estado, por isso, pretende-se com essas propostas criar meios para elevar a condição social e econômica do Tocantins com a implantação de uma gestão orientada pelo planejamento.

#### Propostas

1. Promover ampla revisão e avaliação de desempenho das estruturas administrativas que compõem o organograma estadual.
2. Reduzir as principais ameaças e fraquezas e potencializar a capacidade operacional de cada uma delas de forma a ofertar melhores serviços aos cidadãos tocaninenses.
3. Alinhar o perfil de competências existentes na administração pública visando fortalecer a capacidade de implementação da agenda governamental.

4. Promover a capacitação continuada dos servidores e disseminar novos conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias ao desempenho das suas funções.
5. Desenvolver e aperfeiçoar ferramentas tecnológicas que auxiliem na execução e monitoramento do planejamento estadual, com eixos, diretrizes, ações, metas e indicadores, alinhados ao orçamento público.
6. Criar o “Escritório de Projetos”, vinculado ao Gabinete do Governado, como uma unidade de elaboração técnica para auxiliar os municípios e empresas na busca por captação de recursos junto aos Ministérios e demais Autarquias, Agências e Bancos Públicos e organismos internacionais.
7. Incorporar as ações programáticas do Plano de Governo aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS (Agenda 2030) - nos principais eixos de atuação do Governo.
8. Estimular a participação social no desenvolvimento do plano Plurianual (2024-2027) por meio de plenárias setoriais e regionalizadas.
9. Fortalecer o Conselho de Desenvolvimento Econômico e social do Tocantins.

## GOVERNANÇA

### Contexto Atual

O Estado é uma instituição que organiza a ação coletiva dos cidadãos por meio da constituição nacional e demais instituições legais. Nessa perspectiva ele atua, dentre outras funções naturais e necessárias que o Estado cumpre, tais como, a função econômica institucionalizando os mercados, induzindo o desenvolvimento econômico e garantindo segurança econômica para seus cidadãos. E para que o Estado cumpra essa função econômica é necessário criar um modelo de organização que possa dar garantias de uma boa gestão pública. Neste plano de governo, a governança é entendida como um instrumento que orienta a gestão pública, entendendo que o desenvolvimento econômico é possível quando um estado-nação pode contar com um Estado eficaz, eficiente, efetivo e que é movido pelo esforço dos seus agentes públicos.

## Propostas

1. Realização de concurso para Servidores Públicos do Poder Executivo conforme a necessidade da administração pública.
2. Garantir o cumprimento do PCCR - Planos de Cargos, Carreiras e Remuneração dos Servidores Públicos do Poder Executivo.
3. Fortalecer a estrutura de controle e gestão do IGEPREV.
4. Criar o comitê de governança pública com a participação das áreas estratégicas do Estado, setor privado e organizações de interesse público com vistas a implantar um plano de governança para melhorar a gestão pública que garanta a oferta com qualidade dos bens e serviços à sociedade.
5. Apoiar os municípios tocaninenses na formação e qualificação dos seus quadros administrativos com vistas ao melhor desempenho nos indicadores de governança pública.
6. Promover a formação continuada dos servidores técnico-administrativos da esfera estadual em todos os níveis e de forma perene, com vistas à redução de rotatividade e estímulo aos talentos.
7. Fomentar a implantação dos princípios e instrumentos da governança pública em todos os níveis do governo.

## DESBUROCRATIZAÇÃO E GOVERNO DIGITAL

### Contexto Atual

O Estado é uma importante instituição e precisa ser estimulada a se modernizar e a interagir com a sociedade, além de buscar alternativas para melhorar a gestão pública, que se encarrega de atender a demanda por bens e serviços nos mais diversos campos. A sociedade evoluiu, e, com ela, as demandas sociais, e, daí, surgiu, a necessidade do Estado atendê-las com eficiência, eficácia e efetividade aplicando sempre a regra do esforço dos agentes públicos. Com o objetivo de cumprir com a sua função, que é maximizar a função social e econômica, se faz necessário aplicar técnicas inovadoras disponibilizadas pelos sistemas de informação com vistas a garantir os meios necessários para melhorar a arquitetura dos processos internos



que garantam dar soluções rápidas e inovadoras ao cidadão. Nesse sentido, esse plano de governo pretende apontar saídas para melhorar o ambiente organizacional por meio da desburocratização e dos sistemas de informação que estão ao nosso alcance.

### Propostas

1. Conceber de um programa para execução de uma estratégia de transformação digital dos serviços oferecidos pelo governo, por meio de aplicações web e aplicativos móveis.
2. Implantar e fortalecer a infraestrutura de internet banda larga por meio do programa “Tocantins Banda Larga” nas unidades administrativas dos diversos órgãos vinculados ao Governo do Estado do Tocantins.
3. Criar o “Tocantins Participa+” composto de sistemas web e móvel com aplicações e aplicativos que permitam a participação eletrônica da população coletando sugestões, elogios e críticas aos serviços diversos ofertados pelo governo do estado.
4. Criar o “Tocantins Inova+”, um ecossistema de empreendedorismo e inovação composto por representantes dos diversos setores da sociedade (governo, mercado e sociedade civil) tornando o Estado do Tocantins um provedor de soluções digitais.
5. Implementar a Rede Nacional de Governo Digital no Estado do Tocantins.
6. Desenvolvimento de um portal de informações governamentais conforme a Lei de Acesso à Informação denominado “Tocantins em 360º” relacionando os indicadores de todas as áreas de atuação do Governo do Tocantins aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS).

## INTEGRIDADE E COMPLIANCE

### Contexto Atual

A administração pública está sendo cada vez mais cobrada por uma sociedade que vem demonstrando muita insatisfação e perda de confiança em suas instituições. Há, dentre outras, a cobrança de que a atuação da administração pública seja mais abrangente e que traga, no mínimo, os resultados que dela se espera e se paga. A administração pública precisa evoluir para um padrão de eficiência, trazendo em seu escopo a faculdade de fazer cada vez mais e melhor as coisas certas pelas pessoas certas. Esse plano de gestão está orientado pelos institutos, normas e regramentos que permitem aos agentes públicos realizar ações que melhorem o ambiente social e econômico do Estado. A busca pela integridade e pelo compliance nos certifica perante a sociedade, de modo que todos devem saber quais, porque e como as ações são realizadas no microambiente organizacional. Entende-se que tão importante quanto realizar é o fazer com assertividade, com inovação, com integridade e responsabilidade.

### Propostas

1. Introduzir o “Compliance” para ajuste da gestão aos normativos legais, estabelecendo princípios de integridade, confiabilidade, melhoria regulatória, prestação de contas e transparência, além de estimular a impessoalidade e a eficiência no trato da coisa pública.
2. Criar mecanismos de prevenção, detecção, punição e remediação de quaisquer fraudes, subornos e atos de corrupção, em atendimento às melhores práticas de governança e gestão pública, em consonância à lei federal No. 12.846/2013 - Lei Anticorrupção.
3. Fortalecer a Controladoria Geral do Estado para monitoramento de todas as ações de integridade do governo do Estado.
4. Instituir projetos de comunicação e divulgação das normas e dos códigos de conduta para a população, como forma de promover a confiança e a segurança dos tocaninenses nas instituições e nos órgãos públicos estaduais.

5. Estruturar a Ouvidoria Estadual como unidade estratégica do ponto de vista de acesso à informação, satisfação da população em relação aos serviços prestados, além de ser o canal para reclamações, elogios e sugestões.
6. Acelerar a implantação da Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD, para proteger os direitos fundamentais de liberdade, privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural.
7. Alinhar as ações de Governança à “Lei de Acesso a Informação”, de forma a permitir acesso à informação completa, em tempo hábil e de forma amigável ao usuário.

